

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 9, ano VII • 2008
ISSN 1808-0235



Fundação Universitária
José Bonifácio

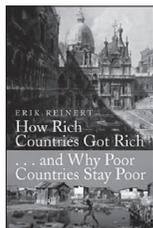


CCJE/UFRJ



UFRJ

ie.



Relembrando a arte de fazer as perguntas certas e de não fugir das respostas

LIVRO | Reinert, Erik S. *How rich countries got rich ...and why poor countries stay poor*. Londres: Constable, 2007

CAETANO PENNA | caetano.penna@gmail.com
economista pelo IE/UFRJ e mestrando em Governança Tecnológica pela Universidade de Tecnologia de Tallinn, Estônia.

“A maioria das idéias neste livro são muito antigas...” – estas são as primeiras palavras do economista norueguês Erik S. Reinert em seu recente livro (ainda inédito na América Latina, mas com edição espanhola por Editorial Crítica). Dada a longevidade destas idéias, é curioso notar que as mesmas estejam ausentes do referencial teórico em que se baseiam os economistas mais badalados da atualidade. Isto porque, como o título do livro indica – cuja tradução literal é: “Como os países ricos tornaram-se ricos ...e por que países pobres permanecem pobres” –, tais idéias permitem compreender mecanismos-chave na ciência econômica: aqueles que levaram ao desenvolvimento do limitado número de nações consideradas de primeiro mundo, bem como aqueles que mantiveram outras tantas nações em estado de subdesenvolvimento.

Mais curioso ainda é, portanto, a ausência destas mesmas idéias nos principais manuais de economia utilizados por faculdades de ciências econômicas mundo afora, em especial em países em desenvolvimento. Como afirma Reinert: “Nós esquecemos coletivamente como criar nações prósperas, uma arte empregada sucessivamente há apenas cinquenta anos”. A atividade recente deste eco-

nomista tem sido justamente a divulgação dos princípios de uma corrente que o próprio autor chama de *The Other Canon* (“O Outro Cânone”), oposta à corrente principal de pensamento econômico (*mainstream economics*). É, pois, nesta corrente neoliberal ortodoxa que se baseiam os principais manuais de economia, em voga nos cursos de graduação da área desde os anos 1970, e em maior medida desde o fim da União Soviética.

Entretanto, em 1999, Erik Reinert reuniu-se com outros acadêmicos de diferentes países para criar o que veio a ser conhecida como *The Other Canon Foundation*, da qual é presidente. Trata-se de uma rede de economistas cujos estudos se baseiam na realidade econômica histórica, e não em hipóteses centrais e técnicas sofisticadas de estimação: a rede busca documentar, por exemplo, como um país como a Inglaterra se desenvolveu de fato – quais políticas econômicas foram promovidas, e não o que foi recomendado pelos economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo.

Dessa reunião surgiram os princípios norteadores de uma abordagem alternativa à economia, numa tentativa de impedir que a ciência econômica não-ortodoxa fosse excluída das grandes universidades. Dentre os economistas fundadores desta rede, figuram expoentes como o sul-coreano Ha-Joon Chang, autor de “Chutando a escada” (São Paulo: Unesp, 2004), o economista keynesiano Jan Kregel (EUA), e o brasileiro Leonardo Burlamaqui, da Universidade Cândido Mendes (RJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Outro brasileiro que já participou de seminário promovido pela rede foi o ex-diretor da área de planejamento do BNDES durante o Governo Lula, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Antônio Barros de Castro.

A promoção de uma abordagem alternativa à economia (e alternativa não só ao neoliberalismo, como também ao marxismo, apesar de alguns princípios marxistas, como modo de produção, estarem presentes) é, assim, tarefa quixotesca – à diferença que o “gigante” combatido por Reinert é muito mais real do que os vistos pelo herói cervantino; um gigante que domina o pensamento econômico em praticamente todos os centros de economia mundial, a começar pelas instituições de Washington, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Não é de surpreender que o livro de Erik Reinert tenha suscitado críticas ferrosas tanto por parte de intelectuais à direita, como daqueles situados à esquerda do espectro político. Logo após o lançamento do livro, o já então ex-diretor do Banco Mundial Paul Collier publicou uma resenha crítica na conceituada revista britânica *Prospect*, opondo-se ironicamente às idéias defendidas pelo economista norueguês. Tal crítica fez com que *Prospect Magazine* garantisse o “direito de resposta” a Reinert,

que publicou uma réplica intitulada *The Washington Folly* (“A Insensatez de Washington”), também publicada no blog da revista em questão com o título *Did you actually read my book?* (“Você realmente leu meu livro?”).

E, de fato, a impressão que o ex-diretor do Banco Mundial passa é que a resposta à pergunta é “não”. Isto porque o economista norueguês diferencia dois tipos de protecionismo – principal alvo da crítica de Collier: em um primeiro caso, a competição no mercado doméstico é encorajada, para que, quando houver a abertura do comércio exterior, a indústria se mostre competitiva; no segundo tipo há uma espécie de “proteção-sem-competição”, em que grupos sociais são favorecidos, gerando um “capitalismo de compadres”.

Neste sentido, Reinert associa explicitamente o primeiro tipo de protecionismo com a política econômica adotada por países como a Inglaterra no século 15, os Estados Unidos e a Alemanha no século 19, e Japão e Coreia no século 20; e associa o segundo tipo ao que praticou a América Latina durante sua fase desenvolvimentista, apesar de reconhecer as virtudes de algumas políticas para a industrialização de países da região. Numa análise que pode ser remetida a Celso Furtado e Raul Prebisch, Erik Reinert destaca que a América Latina falhou ao não avançar em seu projeto de integração regional *antes* de se abrir para o mundo, o que teria garantido uma maior competição entre as empresas locais. Assim, para Reinert, a política de livre-comércio internacional não é uma questão de “se”, mas de “quando”.

Com outras tantas referências à história econômica de países da América Latina – como Peru e México, por exemplo – cabe perguntar se a crítica de Paul Collier não seria motivada pela ideologia do “fundamentalismo de mercado”. Fundamentalismo presente na terapia de choque exigida pelo Banco Mundial e pelo FMI para conceder empréstimos e ajudas financeiras aos países em desenvolvimento, e que falhou em criar prosperidade nos países em que foi aplicada (quando não levou a crises econômicas severas, como na Argentina).

A crítica marxista foi mais moderada. O diário socialista britânico *Morning Star* publicou uma resenha assinada por John Green, ressaltando as virtudes do livro de Erik Reinert, mas apontando como “Calcanhar de Aquiles” a ausência de uma análise geopolítica identificando como sendo as principais forças por trás de imposições político-econômicas globais empresas multinacionais e instituições financeiras. Enquanto Reinert chama para as sociedades desenvolvidas a responsabilidade por mudança, Green leva a entender que estas “forças” não permitiriam a reforma do sistema capitalista, em uma leitura que implicitamente clama por uma revolução socialista como única forma de se criar um mundo mais justo.

Fora as análises de cunho ideológico, a receptividade de *How rich countries got rich...* gerou críticas mais construtivas. O livro, inclusive, despertou o interesse do ex-presidente americano Bill Clinton. Em setembro de 2007, o site democrata *Austinist*, da cidade texana de Austin, mostrou Clinton em uma livraria local comentando o livro de Erik Reinert – segundo o site, “um desses livros que devem ser lidos por líderes mundiais com consciência social”.

A crítica do diário londrino *Telegraph*, assinada por Martin Vander Weyer, proclamou o livro como “um assalto à eficácia do livre-comércio”, mas criticou o fato de o autor tratar superficialmente evidências contrárias aos seus argumentos, como a “bem-sucedida” integração das ex-repúblicas soviéticas, “do mesmo modo em que Reinert acusa seus oponentes de ignorarem a história”.

Já o principal comentarista econômico do também londrino *Financial Times*, Martin Wolf, publicou uma longa resenha a respeito do livro de Reinert e do novo livro de Ha-Joon Chang (*Bad Samaritans: Rich Nations, Poor Policies and the Threat to the Developing World*, Londres: Random House, 2007 – cuja tradução literal seria “Maus samaritanos: Nações Ricas, Políticas Pobres e a Ameaça ao Mundo em Desenvolvimento”, também inédito na América Latina). Ainda que crítico a respeito do protecionismo advogado por Reinert, o também ex-economista do Banco Mundial reconhece que, “ao contrário de muitos dos escritos produzidos por oponentes da globalização contemporânea, estes são livros sérios [escritos] por pessoas sérias, que merecem ser lidos”. Wolf não acredita que uma política de industrialização semelhante à praticada pelos EUA entre 1820 e 1900 seja plausível no mundo atual, principalmente para as pequenas economias subdesenvolvidas, como as de países subsaarianos, devido à evolução tecnológica e às dificuldades que esta impõe.

No capítulo em que defende uma política econômica para desenvolver os atuais países pobres, Reinert também reconhece estas dificuldades: em primeiro lugar, por conta do crescente número de patentes e registros de marca, mas também por conta do que veio a ser conhecido como novo “paradigma tecno-econômico”, conceito desenvolvido por Carlota Perez, professora venezuelana de Cambridge, outra fundadora de *The Other Canon Foundation*. A revolução em tecnologia de informação e comunicação teria mudado as práticas organizacionais e alterado o núcleo de indústrias dinâmicas. É por isto que Erik Reinert defende não um pacote de medidas idênticas às utilizadas pelos Estados Unidos no século 19, mas, sim, e principalmente, por políticas baseadas nos mesmos princípios. Os exemplos que o economista norueguês dá servem, portanto, como modelos históricos do que foi feito com sucesso no passado – e a história, nas palavras de Reinert, “é o único laboratório disponível para os economistas”.

Mas, afinal, qual a resposta de Erik Reinert para as perguntas: como os atuais países ricos se desenvolveram? Por que os países pobres não conseguem fazer o mesmo? Já nas primeiras páginas, uma citação de Joseph Schumpeter, economista austríaco pai da economia evolucionária, dá o recado do que está por vir: “O leitor comum terá de escolher se quer respostas *simples* a suas perguntas ou se quer respostas *úteis* – neste, assim como em outros aspectos econômicos, ele não pode alcançar ambas”. É claro, Reinert opta por uma resposta útil às questões levantadas.

Deste modo, o caminho percorrido pelo autor é longo e intrincado, mas o estilo do economista norueguês é o contrário do hermetismo tecnicista dos “homens das ciências especiais”, como a economia: sem utilizar em excesso o jargão economicista, sempre a adotar uma lógica enxuta, e pontuando sua teoria com passagens de experiência pessoal, Reinert acaba seguindo a máxima de que “clareza é a gentileza do filósofo”, conforme pregava o pensador espanhol José Ortega y Gasset. Trata-se de uma leitura agradável e riquíssima, tanto para economistas por profissão, quanto para o leitor leigo.

O foco dos dois primeiros capítulos do livro é a apresentação e o contraste das duas correntes econômicas. Enquanto a corrente principal – “inglesa” – traça suas origens nos fisiocratas e Adam Smith, tendo como economista central David Ricardo, a corrente alternativa – “continental” – defendida por Reinert se origina nas políticas da Inglaterra Tudor, no mercantilismo, e tem como figura central o alemão Friedrich List. A primeira se valeria de elevada abstração teórica, partindo de premissas simplificadoras irreais que acabariam por determinar não só as conclusões a que chegam seus seguidores, como também as questões que são levantadas em seu programa de pesquisa. Para estes seria preferível estar “precisamente errado a aproximadamente certo”.

Para a teoria *mainstream*, o livre funcionamento do mercado, sem interferência externa (como as dos governos), levaria a um estado de harmonia. Reinert compara esta abordagem à visão de mundo “Panglossiana”, em referência ao mestre do personagem de Voltaire *Candide*, Professor Pangloss, para quem este mundo seria o melhor de todos os possíveis mundos que Deus poderia ter criado.

O Outro Canôe, ao contrário, assimilaria a mensagem implícita do filósofo francês: o mundo não é perfeito, e cabe à humanidade procurar melhorá-lo ativamente, e não simplesmente deixar seguir o curso dos acontecimentos. A harmonia *não* seria o estado natural da sociedade, e as “forças do mercado” não agiriam no sentido desta harmonia. Sendo assim, a corrente busca mostrar como o desenvolvimento econômico seria fruto de políticas intencionalmente promovidas por indivíduos.

Para alguns, não se trata de duas ciências econômicas, uma vez que a própria corrente convencional incorporaria todas as características da corrente alternativa. Entretanto, o que ocorre, para Reinert, é que o *mainstream* tenderia a incorporar em seus elegantes modelos apenas pontualmente e, mais importante, quantitativamente fatores que importam qualitativamente, que só são compreensíveis de forma não-matemática. Deste modo, a economia convencional acaba por neutralizar os aspectos originais mais relevantes das abordagens alternativas.

Uma das críticas mais contundentes de Erik Reinert à economia convencional tem como foco a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, alicerce da abordagem neoliberal ao comércio exterior. Esta teoria dá sustento à defesa do livre-comércio como mutuamente benéfico aos países envolvidos: mesmo que um dos países esteja vendendo micro-processadores para outro que exporta bananas, a teoria afirma que o bem estar de ambos tenderia melhorar – e que a remuneração dos fatores (capital e trabalho) em ambos os países tenderia ao equilíbrio, o que significa que os salários e as taxas de lucro seriam os mesmos (!) no país com setor de tecnologia de ponta e no país das bananas.

A crítica de Reinert é clara: historicamente, a contribuição mais importante da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo foi que, pela primeira vez, o colonialismo passou a ser moralmente defensável. Com isto foi possível recomendar que países se “desenvolvessem” exportando matérias-primas e importando manufaturas, justamente o contrário do que o fez a Inglaterra, por exemplo, quando esta passou ao estágio desenvolvido. Do mesmo modo, trazendo ao presente, esta mesma teoria acaba por tornar o subdesenvolvimento moralmente defensável.

E aqui se chega ao ponto central do livro, que explica a riqueza e a pobreza das nações: um país que almeje desenvolver-se teria de necessariamente promover atividades com retornos crescentes de escala – representado originariamente por manufaturas, mas que hoje também incorpora o setor de serviços. Historicamente, prosperidade e riqueza se concentraram nas cidades, onde diversos fatores sinérgicos apresentariam causalidades cumulativas gerando desenvolvimento econômico e social: são exemplos deste fato, durante o Renascimento, as cidades italianas, em especial Veneza; e, posteriormente, as cidades holandesas, como Delfos.

A partir dessa época, toda nação ou região que pretendeu se desenvolver *emulou* os fatores em operação nestas cidades. De acordo com Reinert, a resposta para a pergunta “como os países ricos enriqueceram” é respondida com uma palavra: emulação (note que “emulação” não é o mesmo que “cópia” – na primeira tenta-se repetir os princípios, e não exatamente as mesmas medidas). Trata-se de emular os exemplos

bem sucedidos ocorridos alhures. Como ironiza o autor na introdução, se uma tribo do outro lado do rio saltou da Idade da Pedra para a Idade do Bronze, essa tribo poderá escolher entre se manter na vantagem comparativa da Idade da Pedra ou tentar emular a tribo vizinha, passando também para a Idade do Bronze. Antes da teoria Ricardiana, não havia dúvidas de que a melhor estratégia era a da emulação – um estágio mandatório para todos os países atualmente desenvolvidos.

Ainda que *todos* os países que alcançaram o desenvolvimento econômico – de Inglaterra, EUA e Alemanha até Japão, Coreia do Sul e Irlanda – tenham, de uma forma ou de outra, aplicado os princípios da emulação, atualmente estes foram declarados de certo modo ilegais pelas organizações internacionais como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. É a isto que se refere Ha-Joon Chang quando afirma que os países ricos “chutaram a escada” por que subiram para alcançar o patamar do desenvolvimento. Estes organismos defendem um processo de globalização restrito, que se traduz em integração econômica de países ricos e pobres, como fim das barreiras comerciais e financeiras. Esta foi a globalização dos anos 1990, que levou certos países já subdesenvolvidos a um processo de desindustrialização e de agravamento da miséria.

O autor defende, sim, argumentos em favor do comércio internacional e da globalização – mas não aqueles que a economia convencional utiliza. A questão de *quando* se abrir para o mundo é crucial, e diz respeito à necessidade de conquistar mercados, por exemplo. Só quando duas nações atingiram grau semelhante de desenvolvimento é que o livre-comércio se mostraria benéfico. Reinert dedica um capítulo inteiro para mostrar os exemplos de Ruanda, Peru e Mongólia, que sofreram “retrocesso e primitivização” com a abertura abrupta de suas economias e a ênfase em suas vantagens comparativas na agricultura.

O economista norueguês segue expondo como a economia convencional parte de pistas falsas para explicar o fracasso de países subdesenvolvidos, colocando a culpa em fatores externos à sua teoria, às chamadas “variáveis exógenas” ao modelo. Deste modo, os advogados do *mainstream* econômico teriam criado seu rol de soluções que se traduzem em políticas do tipo “corrija as instituições”; “corrija a governança”; “corrija a competitividade” – e uma série de “correções” que pode chegar ao cúmulo de se referir a uma “correção climática”, já que a teoria convencional atribui ao fator clima parte da culpa pelo subdesenvolvimento.

No entanto, a causalidade entre instituições, cultura, competitividade, governança etc. e desenvolvimento econômico seria, segundo Reinert, o inverso do que afirma a ortodoxia: o crescimento econômico não necessitaria de melhores instituições

para ocorrer; o melhoramento destas aconteceria concomitantemente ao processo de desenvolvimento. Em especial, o autor defende que o desenvolvimento econômico, historicamente, precedeu o aperfeiçoamento da democracia. Assim, a imposição de instituições democráticas a países destruídos economicamente – como Iraque e Afeganistão – não é nem poderia ser uma estratégia promissora.

Os chamados “Objetivos do Milênio”, iniciativa das Nações Unidas (ONU) para amenizar o sofrimento dos pobres, também merecem capítulo à parte no livro de Reinert, que é crítico a respeito destas medidas “paliativas”. O economista acredita que tais objetivos, ainda que nobres, ao invés de levarem ao desenvolvimento e à democracia, acabam por criar uma espécie de “colonialismo do bem-estar”, em que os países ricos manteriam seu poder político sobre os países pobres. Erik Reinert afirma que medidas para abrandar o sofrimento dos miseráveis devem sempre ser tomadas, mas nunca em detrimento de políticas de desenvolvimento e, principalmente, em detrimento da autodeterminação dos países subdesenvolvidos.

Este tipo de abordagem da ONU contrasta com a política adotada no pós-guerra para reconstruir a Europa, o chamado Plano Marshall. Erik Reinert ressalta que, entretanto, este plano não foi a primeira opção para a Alemanha: em 1943, os aliados aprovaram um plano formulado por Henry Morgenthau Jr., então secretário do Tesouro dos EUA, que visava à desindustrialização da Alemanha, mantendo-a como um país agrário, de modo que não ameaçasse a paz mundial. O plano de destruir ou remover equipamentos industriais foi posto em prática em maio de 1945. Todavia, o Plano Morgenthau, além de causar a desindustrialização do país, colocou em ação um ciclo vicioso de queda do produto agrícola, oposto às sinergias causadas por um processo de industrialização. Quando, em 1947, o ex-presidente americano Herbert Hoover foi enviado à Alemanha para verificar sua situação, concluiu que transformá-la em país pastoril não poderia ser feito “a não ser que se exterminasse 25 milhões de pessoas”. Três meses depois foi criado o Plano Marshall, justamente o contrário do anterior, objetivando a re-industrialização alemã.

Relembrando este caso, mais uma vez Reinert defende que os *Objetivos do Milênio* não seriam a solução para a miséria mundial. Nem o seriam a defesa do fim dos subsídios agrícolas por parte das nações desenvolvidas. De fato, o fim destes incentivos foi historicamente usado como moeda de troca para que os países subdesenvolvidos aderissem ao livre-comércio – e, para o autor, os países pobres não enriqueceriam se os fosse permitido vender comida aos países ricos. Reinert defende que os países ricos possam proteger a agricultura, do mesmo modo que os países pobres devam poder proteger a indústria e o setor de serviços.

É interessante comparar esses exemplos com o caso recente do Brasil: enquanto o Governo Lula desde o início colocou em prática políticas paliativas – mas necessárias –, como o Bolsa Família, o que de fato tem promovido uma melhora cívica é o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Isto fica claro com o caso da urbanização das favelas do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, onde jovens traficantes demonstraram interesse em deixar o crime e conseguir um emprego nas obras do Programa.

O livro é finalizado com o capítulo *Get the economic activities right* (algo como “corrijam as atividades econômicas”). Nele, Reinert sumariza sua visão e defende que um programa de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos seja posto em prática, com o comércio internacional subordinando-se à defesa do pleno emprego. O ciclo vicioso da pobreza só poderia ser quebrado mudando-se, primeiro, a estrutura produtiva – este é o argumento fundamental do autor. É neste capítulo em que Reinert faz a ressalva de que as mudanças do paradigma tecno-econômico acarretam em uma alteração de viés para as políticas de emulação. Ainda que essas tenham posto dificuldades reais à geração de empregos e, conseqüentemente, ao desenvolvimento, o autor se mostra otimista com a possibilidade de se pôr em prática políticas para criar “nações com nível de desenvolvimento médio, em que a população tenha acesso às necessidades básicas de vida e pelo menos a algumas comodidades”.

Erik Reinert lembra que outros dois períodos em que se implantaram irrestritamente políticas de livre-comércio antecederam crises, movimentos revolucionários e/ou guerras: os anos 1760, na França; e os anos 1840, na Inglaterra e na Europa. As crescentes desigualdades sociais geradas pelas políticas econômicas dos anos 1990, traduzidas em exclusão de indivíduos, pessoas e regiões, ao mesmo tempo em que se vê abundância de outros semelhantes, cria a esperança de que uma nova época de mudança esteja por vir. E o livro do economista norueguês fornece uma sólida alternativa econômica para alavancar esta transformação, fazendo as perguntas certas e não colocando as respostas fora de sua própria teoria.